

**HABEAS CORPUS Nº 570.200 - AM (2020/0078585-8)**

**RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ**  
**IMPETRANTE : TOMAS GOMES DA SILVA NETO**  
**ADVOGADO : TOMÁS GOMES DA SILVA NETO - AM012978**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**  
**PACIENTE : GERRISSON CAVALCANTE RIBEIRO (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS**

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTOS E EXCESSO DE PRAZO. PLEITO AO TRIBUNAL A *QUO* INDEFERIDO LIMINARMENTE PELA DESEMBARGADORA RELATORA. INVIÁVEL A ANÁLISE DAS MATÉRIAS, EM RAZÃO DO NÃO EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. *WRIT* LIMINARMENTE INDEFERIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GERRISSON CAVALCANTE RIBEIRO contra decisão proferida pela Desembargadora Relatora do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas proferida no HC n.º 4001840-91.2020.8.04.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante no dia 14/03/2019, com conversão em prisão preventiva, e, posteriormente, denunciado pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33 e 35, ambos da Lei n.º 11.343/2006, em razão da apreensão, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de 05 (cinco) porções de droga, possivelmente cocaína (OXI), além de outros apetrechos (fl. 73).

Irresignada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A Desembargadora Relatora do feito indeferiu liminarmente o pedido em razão da ausência de "*documentos que possibilitem a análise escoreita de seu pleito e por força da natureza jurídica que fundamenta o writ, qual seja, a impossibilidade de dilação probatória, considerando que a petição, ao ser ajuizada, deve vir acompanhada de prova pré-constituída, o seu não conhecimento é de rigor*" (fl. 376).

Neste *writ*, a Defesa sustenta, em síntese, constrangimento ilegal suportado pelo Paciente em razão do excesso de prazo para o término da instrução criminal.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Aduz, para tanto, que *"a cada dia que o paciente passa no cárcere se visualiza a ruína do Estado Democrático de Direito, na medida em que se perpetua a manutenção de uma prisão há mais de 377 (trezentos e setenta e sete) dias, desafiadora do devido processo legal"* (fl. 11).

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a expedição do competente alvará de soltura.

É o relatório. Decido o pedido urgente.

Na espécie, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte *a quo*, o qual foi indeferido pela Desembargadora Relatora. A decisão foi vazada nos seguintes termos, *in verbis* (fls. 375-380):

*"Pretende o impetrante a revogação da prisão preventiva do paciente, por ausência de seus requisitos autorizadores.*

*Compulsando os autos, verifico, de pronto, que o presente Habeas Corpus carece de instrução adequada, uma vez que o Impetrante não junta documentação necessária para análise do pedido.*

*Muito embora os Impetrantes alegue que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal, deixou de apresentar o ato indigitado coator, que seria a decisão pela qual foi mantida a segregação preventiva do paciente.*

*Como é cediço, o impetrante possui o ônus de colacionar prova das afirmações feitas na exordial do writ, mormente documentação apta a comprovar o preenchimento dos requisitos necessários à concessão da liberdade provisória (primariedade, bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita), bem como de que o mesmo está sofrendo constrangimento ilegal.*

*Logo, ausentes documentos que possibilitem a análise esmerada de seu pleito e por força da natureza jurídica que fundamenta o writ, qual seja, a impossibilidade de dilação probatória, considerando que a petição, ao ser ajuizada, deve vir acompanhada de prova pré-constituída, o seu não conhecimento é de rigor.*

[...]

*Além disto, abre-se, desde já, a possibilidade de nova impetração de habeas corpus, sem a necessidade de aguardar-se o dia da sessão de julgamento para o não conhecimento da ação, prestigiando, desta forma, o princípio da celeridade processual.*

*Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 663 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.º 17/1997."*

Nos termos do art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República, constato a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento da

controvérsia, já que o *habeas corpus* foi impetrado contra decisão monocrática, sem a apreciação das questões pelo Tribunal estadual, sujeito à jurisdição do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. INEXISTÊNCIA. WRIT IMPETRADO ANTE DECISÃO DO RELATOR QUE NÃO CONHECEU DO RECURSO INTERPOSTO NA ORIGEM. FALTA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. INCOMPETÊNCIA DO STJ. AGRAVO DESPROVIDO.**

*1. Não constitui ofensa ao princípio da colegialidade a análise monocrática do habeas corpus pelo relator quando a decisão monocrática for proferida com base na jurisprudência dominante deste Superior Tribunal. Precedentes.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme na compreensão de que não tem cabimento o habeas corpus para desafiar decisão singular de Desembargador relator que não conheceu do recurso interposto perante o Tribunal a quo (precedentes).*

*3. A provocação da jurisdição desta Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente. Se a defesa não interpôs agravo regimental com o fim de submeter a decisão singular à apreciação do órgão colegiado competente, não se inaugurou a competência deste Tribunal Superior (precedentes).*

*4. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 423.705/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 05/04/2018; sem grifo no original)*

**"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR DO TRIBUNAL A QUO. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO REGIMENTAL. NÃO ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA ANTECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.**

*1. A provocação da jurisdição de Corte Superior exige o prévio exaurimento da instância antecedente, de modo que correta a decisão que negou conhecimento ao habeas corpus que ataca decisão monocrática de relator, não impugnada por recurso cabível.*

*2. Caberia à defesa a interposição de agravo regimental, de modo a submeter a decisão singular à apreciação pelo órgão colegiado competente e não inaugurar, per saltum, a via recursal no Tribunal Superior.*

*3. Agravo regimental improvido." (AgRg no HC 386.256/PE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 27/09/2017)*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ  
Relatora